

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

A MICRO - HISTÓRIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DAS MINAS SETECENTISTAS

Izabella Fátima Oliveira de Sales*

Introdução

A pesquisa intitulada “Difusão, status social e controle de armas na Mariana Setecentista: 1707-1736”, tem como objetivo analisar a difusão e o controle de armas no termo de Mariana, durante as três primeiras décadas do século XVIII. O período abordado marca o processo de conquista e povoamento da região, onde se destaca o papel de indivíduos cujas trajetórias foram definidas a partir de sua atuação neste contexto. Ademais, no referido momento ocorreram vários conflitos, envolvendo disputas por lavras, terras cultiváveis, lugares de mando, entre outros fatores, e a instauração das instituições representativas do poder reinol.

Partindo do contexto acima definido, verificamos a importância do porte de armas para o trabalho de ocupação do sertão, assim como o papel central da força armada particular na manutenção da ordem estabelecida e do poder metropolitano. Neste sentido, a posse de armas seria um elemento central na definição da hierarquia social, assim como o seu porte constituía um símbolo que exteriorizava tal condição.

Essa abordagem nos permite refletir sobre a natureza do poder que regia a sociedade de Antigo Regime, especialmente no que tange ao pacto que definia a relação entre a Coroa e seus vassalos. Neste sentido, foi possível relativizar a idéia de centralização do poder por parte do Estado, na medida em que o exercício da governabilidade se pautava em espaços de negociação estabelecidos entre o centro e as diversas esferas da sociedade. Entretanto, tal reflexão constitui um caminho através do qual podemos atingir as relações construídas entre a elite local e seus escravos ou agregados. Percebemos que em ambos os casos, a convivência respeitava a lógica de Antigo Regime, onde as redes de reciprocidade eram definidas a partir da prestação de serviços e de uma conseqüente recompensa. É importante salientar que neste ambiente de trocas, também se inseria o conflito, pois no momento em que as regras do jogo

* Mestranda- Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: izabellaieps@yahoo.com.br

eram alteradas por uma das partes, verifica-se um esforço para restabelecer os antigos direitos.

Verifica-se então, que o trabalho envolve o debate que gira em torno das interpretações sobre o Brasil colonial, principalmente no que se refere à administração da Coroa e às escolhas e liberdade apresentadas pelos colonos diante das normas e regras. De um lado encontram-se as análises que reconhecem a importância do poder central exercido pela metrópole, mas admitem que as relações sociais durante o período se constituíram a partir da negociação e do conflito. De outro estão aqueles que privilegiam a lógica econômica para explicar a sociedade brasileira, dando ênfase ao papel subordinado da Colônia e sua dependência em relação à Metrópole.

Situar nosso trabalho dentro da presente discussão e atingir as especificidades que não podem ser percebidas, apenas, através da aplicação de modelos macro-estruturais, constituem um dos nossos maiores desafios. Sendo assim, acreditamos que o método micro-histórico pode nos fornecer ferramentas significativas para compreendermos a importância da posse de armas no processo de diferenciação dos indivíduos na sociedade. Visto isso, o presente artigo pretende apresentar alguns resultados que foram obtidos com o auxílio desses procedimentos.

Micro-história: desenvolvimento, propostas e impasses

A historiografia do século XIX, entre as quais se destacam a positivista e a historicista, enfatizava a história nacional e tinha como um de seus principais pressupostos a idéia de que a objetividade seria totalmente atingida. Talvez nesse período o papel da história fosse contribuir para o fortalecimento da identidade nacional, onde os atos dos heróis estavam sempre em destaque. Neste caso, não se questionava a idéia de verdade, pois o historiador era um veículo entre o documento e o discurso produzido sobre um determinado fato. Seu trabalho deveria ser realizado de forma totalmente imparcial, pois assim o documento falaria por si próprio, como se vê no trabalho de Hartog¹ sobre Fustel de Colanges.

Nas primeiras décadas do século XX surgem correntes historiográficas que se opunham às concepções acima mencionadas. Essa nova tendência sofria considerável influência das ciências sociais, pois, com ênfase nos fenômenos coletivos, caminhava no

¹ HARTOG, François. O Século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges. RJ:UFRJ Editora, 2004.

sentido do estabelecimento de leis e modelos universais, da longa duração e das permanências.

A partir de então, o foco dos estudos não seria mais a história nacional ou as trajetórias dos heróis, mas sim, em muitos casos, a condição das classes oprimidas e o seu papel na construção da sociedade. Dentro deste contexto são marcantes as idéias propostas por Walter Benjamin, cuja crítica ao historicismo seria uma importante característica de seu trabalho e estaria relacionado ao fato de tal corrente apresentar empatia para com as classes dominantes (o que por sua vez colocaria em xeque a questão da verdade do conhecimento produzido) e não possuir uma armação teórica. “*Seu procedimento é aditivo: ela recolhe todos os fatos para encher o tempo homogêneo e vazio.*”²

A arma utilizada por Benjamin diante dos impasses que envolvem a produção do discurso seria o materialismo histórico, conceito onde as idéias do historiador são vistas como fruto das condições materiais em que esse está inserido. Sendo assim, o conhecimento produzido não é objetivo, o que provoca uma ruptura em relação ao pensamento historicista. Dessa maneira, a alternativa seria “escovar a história a contrapelo”, ou seja, partir do presente para compreender o passado. O compromisso da história seria criar um conceito capaz de mostrar a visão dos oprimidos³.

A Escola dos Annales foi outra corrente que, em parte, se contrapôs à historiografia do século XIX. No caráter mais extremo desta perspectiva, os fenômenos sociais eram medidos através da quantificação ou seriação de indicadores, como por exemplo, o número de nascimentos, de óbitos, de casamentos e etc. ocorridos em uma determinada paróquia. Os aspectos coletivos e as permanências eram privilegiados em detrimento das especificidades.

O método acima mencionado conferiria à história o estatuto de ciência, na medida em que ao comparar e observar as regularidades dos fenômenos permitiria apontar para intervenções na sociedade. Neste sentido o conhecimento histórico agiria a favor do bem estar social.

Partia-se de grandes modelos teóricos para se reconstruir cada elemento específico do passado. As teorias, sempre totalizantes, deveriam explicar a realidade em todas as suas expressões, podendo ser aplicadas, a priori, em quaisquer contextos. Partia-se da teoria para os fatos empíricos.

² BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas*. Vol.1 Magia e técnica, arte e política. *Ensaio sobre política e história da cultura*. SP: Brasiliense, 1987, p.222-232.

³ Idem

Nas últimas décadas do século passado, o trabalho realizado pela história social passa a ser criticado pelos seus próprios adeptos. As generalizações feitas a partir de grandes modelos teóricos não eram capazes de esclarecer os fenômenos mais complexos da sociedade, ou seja, as especificidades que poderiam fornecer informações significativas a respeito de um contexto mais amplo eram desconsideradas. Isso colocou em dúvida as possibilidades e a utilidade do conhecimento histórico.

O otimismo até então vigente em relação à nova “ciência” (história social) passa a ser ameaçado pela descrença na idéia de progresso e na contribuição do conhecimento e da razão como algo relevante para a evolução humana.

Nesse ambiente de crise, surgiram interpretações “relativistas” sobre o trabalho do historiador, como o estudo de Hayden White, onde a crítica se direciona não ao fato dos historiadores estudarem o passado, mas por considerar que muitos deles ainda trabalhariam com conceitos ultrapassados, como por exemplo a idéia de objetividade.

Muitos historiadores continuam a tratar os seus “fatos” como se fossem “dados” e se recusam a reconhecer, diferentemente da maioria dos cientistas, que os fatos, mais do que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos fenômenos que tem diante de si.⁴

De acordo com essa perspectiva relativista, a historiografia teria criado argumentos e discursos, baseados apenas na retórica e não na prova, com o objetivo de atingir o convencimento e para isso o historiador analisa o objeto como um texto subjetivo, sem relacioná-lo com o contexto em que o mesmo está inserido. Por exemplo, nos estudos de obras literárias apenas o texto em si deve ser analisado, os outros indícios como a vida do autor, os dados pesquisados e o contexto histórico não são levados em conta. Neste sentido, a história se resumiria a uma rede de argumentos, que representariam os interesses de determinados grupos sociais.

Como alternativa à presente abordagem, surgem novas estratégias metodológicas visando revalidar o discurso histórico frente ao desafio de construir um conhecimento válido. Uma dessas novas tendências foi a micro-história, que procurou através da redução da escala, da análise densa das fontes, da busca indutiva através dos indícios, etc., demonstrar as especificidades de seus objetos e o valor dessas especificidades para a compreensão mais ampla da história.

⁴ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo:EDUSP,2001, p.56.

Esse *gênero específico de narrativa e modo de fazer história*,⁵ traz muitas influências da antropologia, especialmente no que diz respeito ao seu caráter experimental. Destacam-se às obras de Fredrik Barth⁶ que procuram compreender a sociedade a partir das diferentes identidades que a compõe. Neste caso, a mesma deve ser entendida tomando – se como ponto de partida o seu contexto e só depois é que seriam desenvolvidas teorias para explicar o seu funcionamento. Outra contribuição significativa dada pela obra deste antropólogo à micro-história foi a idéia de “Escala” desenvolvida a partir de suas reflexões sobre a organização social.

A variação da escala representa uma estratégia metodológica usada por grande parte dos micro-historiadores, onde a análise de fatos concretos permite a visualização de aspectos que não podem ser percebidos a partir da aplicação de modelos macro-estruturais. Tal perspectiva se afasta das abordagens que entendem a sociedade a partir de um conjunto de sistemas normativos homogêneos, na medida em que privilegiam a compreensão das incoerências internas que abalam essas normas⁷.

Esse olhar pontual busca, entre outras questões, atingir as estratégias criadas pelos grupos sociais que proporcionavam um posicionamento dinâmico diante das pressões de ordem social e econômica exercidas pelas macro-estruturas. Neste sentido, a compreensão das *redes de reciprocidade*⁸ que se estabelecem entre os sujeitos históricos nas esferas individuais ou coletivas é de fundamental relevância. Outro conceito significativo é o de *circularidade cultural*⁹, cuja principal característica é definir a cultura popular a partir da sua oposição em relação à cultura dominante. Assim como, através das relações que estabelece com a mesma, visto que os elementos oriundos desse contato são filtrados pelas classes subalternas de acordo com seus valores particulares e suas condições de vida.

O fio condutor dessa perspectiva micro – analítica seria o nome, através do qual o pesquisador buscaria encontrar, em um universo de inúmeros tipos documentais, os indivíduos atuando nas várias esferas do cotidiano. Essa necessidade de vasculhar arquivos diversos se coloca pelo fato de que a utilização de apenas uma única fonte não constitui

⁵ Esse termo foi usado por Ronaldo Vaifans no artigo denominado História das mentalidades e História cultural.

⁶ BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. RJ: Contra Capa Livraria, 2000.

⁷ Essas discussões estão presentes no seguinte trabalho de Henrique Espada Lima, especialmente no capítulo em que trata das obras de Levi: *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*.

⁸ Esse conceito foi amplamente discutido por Geovanni Levi, em seu livro *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*.

⁹ Idéia proposta por Carlo Ginzburg, especialmente na obra *O queijo e vermes*, onde analisa a trajetória de um moleiro condenado pela inquisição.

elemento suficiente para informar sobre a complexidade dos aspectos que ligam o indivíduo à sociedade¹⁰. Pose-se então vislumbrar como as ações pessoais e as relações interpessoais contribuem no processo de transformação social.

Na década de 80, Ginzburg lança uma coletânea de artigos escritos entre 1961 e 1984. No texto intitulado *Sinais* o autor reflete sobre as raízes do saber indiciário no campo das artes, da literatura, da psicanálise e da história. Esse paradigma se baseia na interpretação dos resíduos, de elementos específicos e dados marginais que muitas vezes poderiam passar despercebidos¹¹.

Para o historiador italiano, pequenos indícios podem refletir aspectos gerais. Mas a escolha desse método coloca as ciências humanas em uma polêmica: ao privilegiar o estudo das especificidades, as disciplinas se afastariam da possibilidade de estabelecer um conhecimento científico rigoroso. Sendo assim a saída seria submeter o elemento individual à generalização *ou tentar formular um paradigma diferente, baseado no conhecimento científico individual*.¹²

Outra contribuição dada pelo historiador à micro-história foi a discussão que empreendeu em seu livro “Relações de Força,”¹³ onde argumenta que na produção historiográfica existe retórica, mais, ao contrário do que pensavam os relativistas, ela teria uma forte ligação com a prova. Partindo da análise de obras clássicas, especialmente as de Aristóteles, o autor demonstra a existência de “provas internas” (testemunhos, juramentos, confissões sob tortura, etc.) e “provas externas” (exemplo e paradigma) para desfazer a confusão supostamente criada pelos pós - modernos.

Outra alternativa usada pelo mesmo autor para comprovar a relação entre retórica e prova é a nova interpretação do texto de Lorenzo Valla (“A falsa doação de Constantino) que serve de base para as idéias relativistas por ser considerado um exemplo importante da história como retórica. De acordo com sua perspectiva, em seu texto Valla consegue convencer, através de provas, que o documento no qual Constantino doa 1/3 do Império à Igreja é falso. Em seu discurso ele aponta como provas o fato da doação ser algo psicologicamente inconcebível e os anacronismos existentes no próprio documento.

¹⁰ Sobre a utilização do nome com fio condutor das pesquisas micro-analíticas ver: GINZBURG, C. e PONI, C. O nome e o como. In: GINZBURG, C. PONI, C. e CASTELNUOVO, Enrico. *A micro- história e outros ensaios*. Lisboa: Diefel, 1991.

¹¹ GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblema, sinais*. SP: Cia das Letras, 1989.

¹² Idem, p.163

¹³ GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. SP: Cia das Letras, 2002.

Lorenzo Valla era um profundo admirador das obras de Quintiliano que, por sua vez, foi o maior transmissor e conservador da tradição Aristotélica. Pode-se enfatizar então, que tanto um quanto o outro foram influenciados pelas idéias de Aristóteles em relação à prova.

Quintiliano afirmava que as contradições cronológicas poderiam comprovar a falsidade de um documento. Valla concordava com a afirmativa e ainda apontou os anacronismos lingüísticos como outra forma de provar a veracidade ou não de um documento. Este exemplo, entre outros, demonstra que a micro-história utiliza a análise empírica densa dos fragmentos para explicar a sociedade. Neste caso, retórica e prova seriam categorias inseparáveis.

Segundo a perspectiva de Jaques Revel, o fato da micro-história partir de análises individuais não quer dizer que ela exclua os aspectos sociais, pois, a partir das considerações sobre a trajetória do indivíduo é possível atingir a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos dos quais ele faz parte.¹⁴

Seguindo o mesmo caminho, Levi argumenta que a micro historia, por mostrar novas categorias, estratégias e a racionalidade, é a abordagem mais adequada para ver os limites entre a liberdade dos atores e as forças sociais e institucionais¹⁵. Além disso, através da idéia de *modelo generativo* o autor demonstra que mesmo não sendo típicas, determinadas trajetórias informam sobre a gama de possibilidades desenvolvidas pelos indivíduos diante dos impactos trazidos por uma nova ordem econômica.¹⁶

Ao pensarmos sobre as pesquisas referentes ao Brasil colonial, fica evidente, que essa estratégia é interessante para avaliar os limites do poder da Coroa frente às estratégias, costumes e práticas específicas dos atores que constituíam a sociedade da época. No entanto, João Fragoso discute as dificuldades enfrentadas pelos historiadores para aplicar o método micro-histórico ao contexto colonial brasileiro. A falta de corpos documentais e a própria desorganização dos arquivos dificulta a perseguição das trajetórias individuais ou de grupos em suas diversas relações sociais. A alternativa encontrada seria o uso de um esquema

¹⁴ REVEL, Jaques Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemnote do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁵ LEVI, Giovanni. Sobre a micro – história. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

¹⁶ LIMA, Henrique Espada. Questões de escala: Giovanni Levi. In: *A micro- história italiana: escalas, indícios e singularidades*. RJ: Civilização Brasileira, 2006.

comparativo, visto que o historiador explica fenômenos sociais através de sua repetição ao longo do tempo¹⁷.

Em seu texto *Às vésperas do Leviathan*, Hespanha defende que o indivíduo era definido a partir de uma representação organizacionista da sociedade, ou seja, a partir de suas funções sociais. Neste caso a caracterização social dos indivíduos está relacionada a uma qualidade que faz parte da própria natureza individual. *Com a consequência de que, então, os elementos em que a sociedade se analisa não são os indivíduos, mas os grupos de indivíduos portadores da mesma função e titulares de um mesmo estatuto.* Sendo assim, mesmo que seja muito difícil testarmos os indivíduos nas várias esferas da sociedade, podemos verificar as características definidoras de um determinado grupo, partindo de ações realizadas por cada um dos membros analisados¹⁸.

Mesmo com percalços mencionados, acreditamos que a micro-história constitui o método mais adequado para alcançarmos nosso objetivo, pois o acompanhamento das trajetórias de alguns indivíduos que tinham o privilégio de portar armas e também daqueles que não gozavam de tal sorte, mas contrariavam as regras, pode nos fornecer indícios que mostram como os lugares de poder foram se constituindo ao longo do tempo na região abordada e que as relações entre a Colônia e metrópole não se baseavam apenas na contradição.

A trajetória do Coronel Salvador Fernandes Furtado

Um dos passos de nossa pesquisa se refere à análise dos inventários existentes para o termo de Mariana, durante o período abordado. Através desse quadro podemos verificar o perfil de distribuição de armas entre a população local, relacionando a posse desses objetos com variáveis como posse de patentes, número de escravos, de armas, bens de raiz e atividades produtivas e ocupação de cargos camarários. O que percebemos até agora foi uma concentração desses instrumentos nas mãos de um grupo onde os inventariados apresentavam

¹⁷ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: Topoi. Revista de História, vol5, UFJF.

¹⁸ HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan*: instituições e poder político. Portugal- século XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p.307-309.

os cabedais mais significativos, ocupavam postos nas milícias e, em alguns casos, no governo da municipalidade.

De um total de 150 inventários do nosso recorte temporal, disponíveis na Casa Setecentista de Mariana, analisamos até o momento 87.

O primeiro fator que verificamos foi a posse de patentes pelos indivíduos inventariados. Encontramos 14 deles com posse de patentes militares, o que corresponde a apenas 16% do total de inventariados. Mesmo assim, das 326 armas contabilizadas, esses homens possuíam 120, ou seja, 36,8% do total de armas. Dessa maneira, temos a média de 8,57 armas para cada patenteado e 2,82 para aqueles que não possuíam patentes. Nota-se então, que a patente se constitui em um atrativo para a posse de armas.

Sobre a posse¹⁹ de escravos entre os inventariados verificamos o seguinte: os indivíduos com menos de 10 escravos ou nenhum, que correspondem a 43,7 % do total de inventariados, possuem apenas 14,4 % das armas. Já as pessoas com 10 ou mais escravos – ou seja, 56,3 % do total – possuem 85,6 % das armas contabilizadas. Conclui-se então, que o maior número de cativos foi acompanhado por um maior número de armas.

Dos 14 indivíduos patenteados 5 ocupavam ofícios na Câmara de Mariana. Observando os bens relacionados em seus inventários, percebemos que 2 deles se encaixavam no perfil que foi traçado através do quadro para o grupo, ou seja, além de ocuparem postos militares, possuíam muitos escravos e armas e também ocupavam cargos camarários, a saber: Salvador Fernandes Furtado (21 armas e 55 escravos) e Pedro Frazão de Brito (15 armas e 68 escravos). Já os inventários de dois homens que apresentavam as mesmas variáveis dos demais não seguiram o padrão, são eles: Bernardo Spindola de Castro (3 armas e 57 escravos) e Francisco Ribeiro de Andrade (3 armas e 26 escravos). Em relação Manuel da Silva de Miranda, seu inventário não nos fornece dados sobre o número de escravos que possuía e foram declaradas apenas 3 armas.

Sabemos que ainda nos resta verificar uma quantidade considerável de inventários, mas, acreditamos que a tendência é que o perfil traçado seja mantido, ou seja, que as armas se concentrem nas mãos daqueles que apresentam patentes, tem um elevado número de escravos e ocupam ofícios na Câmara. Sendo assim, através da análise do quadro, foi possível definir um grupo com potencial privilegiado para usar sua força armada como instrumento de

¹⁹ Como pequenos proprietários, consideramos aqueles indivíduos que possuíam menos de 10 escravos ou nenhum. Como grandes proprietários definimos os indivíduos que apresentaram em seus inventários 10 ou mais escravos.

negociação nas relações com o Estado, mostrando a necessidade de compreender a íntima ligação entre a posição hierárquica ocupada por esses indivíduos e a posse armas, assim como as redes de reciprocidade estabelecidas por esses sujeitos com a Coroa e demais segmentos da população, como homens livres pobres e escravos. Neste caso, escolhemos as trajetórias dos indivíduos acima mencionados, onde nem todos se encaixam no padrão quantitativo apresentado. A análise desse caráter excepcional pode nos trazer informações valiosas para compreendermos um contexto mais amplo, visto que ao perseguir esses indivíduos nas várias esferas da sociedade poderemos perceber se eles realmente não possuíram um grande número de armas durante toda sua vida, ou se isso se deu apenas nos momentos finais. E caso a suposição seja confirmada, buscaremos indícios que nos permitam compreender as estratégias usadas pelos mesmos para manter um alto nível de negociação com a Coroa, visto que possuíam patentes e ofícios camarários, sem dispor de um grande poderio bélico.

Sendo assim, após a escolha do grupo começamos o trabalho de seguir as trajetórias dos seus atores, cruzando as fontes coletadas (verificando por exemplo, a atuação desses homens como conquistadores e povoadores da região das Minas – o que pode estar descrito no Códice Costa Matoso; se ele e/ou seus escravos cometeram crimes que envolviam o porte de armas, etc), procurando seus nomes na relação daqueles que solicitaram mercês à Coroa, e mapeando a sua naturalidade, ascendência e estratégia de casamento, através dos processos matrimoniais.

Essa análise mais pontual pode nos informar sobre parte das especificidades da vida colonial, como o processo de hierarquização da sociedade e o grau de independência frente aos pressupostos coloniais, visto que as relações entre metrópole e colônia eram marcadas pela negociação e a reciprocidade. Esse tipo de abordagem também nos aproxima das estratégias construídas por alguns indivíduos para se constituir e se manter enquanto nobreza da terra.²⁰

A busca por indícios referentes ao grupo escolhido demanda um esforço enorme, pois as informações são esparsas e às vezes temos a impressão de estar montando um verdadeiro quebra cabeças. O maior número de informações encontradas até agora, correspondem à trajetória do Coronel Salvador Fernandes Furtado.

²⁰ Carla Almeida defende que a posição de nobreza da terra depende da ocupação de cargos concelhios, da atuação na conquista e na soberania da coroa portuguesa na colônia, de fazer parte das ordenanças e de apresentar alto nível de riqueza. Sobre este aspecto ver. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto Imperial; Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados.

Segundo seu testamento, datado no ano de 1725, Salvador Fernandes Furtado era natural da Vila de Taubaté, filho legítimo de um casal cujos nomes não foram possíveis identificar devido às precárias condições do documento. Contudo, consta que o pai era um Capitão, ou seja, indivíduo reconhecidamente distinto na sociedade em que inseria. Foi casado com Maria Cardozo de Siqueira, também natural de Taubaté e filha legítima de Antonio Cardozo e sua mulher Maria Rodrigues de Serqueira. Dessa união nasceram os seguintes herdeiros: Antonio Fernandes Furtado, Feliciano Cardozo de Mendonça - que na época da morte de seus pais já havia falecido - Bento Fernandes Furtado, Boa Ventura Fernandes Furtado, Salvador Fernandes Furtado, Dona Maria de Freitas Cardoza, Dona Ponba Furtado de Santa Rosa. Através do testamento de sua esposa, constatamos que a maioria dos filhos homens possuía patentes militares, o que infere uma posição privilegiada desta família no contexto das Minas durante as primeiras décadas do século XVIII²¹.

Em 1711 o governador Antônio de Albuquerque Coelho lhe concede uma carta patente permitindo que ele continue ocupando o cargo de Coronel das Ordenanças da Vila de Taubaté, visto que:

*exercitou sempre nestas ditas Minas com todo o bom procedimento e zelo do serviço de Sua Majestade nas ocasiões que se ofereceram ter descobrimentos de ouros, e repartição de muitos ribeiros como guarda mor que era cujo cargo lhe mandei continuar na ocasião em que vim a estas minas socegar as revoluções delas (...)*²²

Através deste documento, podemos inferir que a mercê concedida representava uma forma de retribuição aos serviços prestados durante o período de conquista do território aurífero. A carta também traz informações sobre a sua naturalidade e condição social: “*peças das principais famílias de São Paulo e morador em Taubaté (...)*”²³

Encontramos informações sobre Salvador nos relatos referentes ao descobrimento das primeiras Minas colecionados pelo Ouvidor Caetano da Costa Matoso. Em um desses casos, ele é mencionado como um dos sertanistas que chegaram à região depois das primeiras experiências feitas por Antonio Rodrigues Arzão, Bartolomeu Bueno, Miguel de Almeida e Antonio de Almeida. O que mais chama atenção no depoimento é o trecho em Salvador aparece como fornecedor de armas aos antigos sertanistas e onde tem a oportunidade de angariar recursos econômicos:

²¹ AHCSM.Cd:138/A:2800, 2º ofício.

²² RAPM, Ano 2.p.785

²³ Idem

Fez patente Antonio Rodrigues de Arzão as três oitavas de ouro que levava ao capitão- mor regente (...) E querendo ainda que enfermo (...) tornar a entrar pelo mesmo caminho por onde saiu a conquistar o gentio e a estabelecer as Minas (...) não o pôde fazer por não achar naquela vila quem quisesse acompanhá-lo (...) e desesperado da empresa que já não podia conseguir deu conta dela (...) a Bartolomeu Bueno (...) (que convocou) mais companheiros poderosos, que foram Miguel de Almeida, Antonio de Almeida (...) Chegando que fosse o tempo em que consideravam os mantimentos em termos de suprir, para fazerem mais experiências no mesmo lugar (...) e chegados que fossem de volta ao lugar de Itaverava (...) fizeram mais reforçadas experiências no mesmo lugar e, achando ouro com mais conta fizeram novas roças e avisaram a seus parentes e amigos em São Paulo. A este tempo, saíam o coronel Salvador Fernandes Furtado e Mendonça, o capitão Manuel Garcia Velho e outros sertanistas (...) E topando este sertanistas com estes novos mineiros, quis o sobredito Miguel de Almeida melhorar das armas inferiores que trazia cometendo troca delas com as que trazia (...) Salvador Furtado, e lhe prometeu de volta por uma cravina e uma catana todo ouro que se houvesse tirado entre os de sua comitiva. Conveio o dito Coronel no trato (...) por socorrer a quem ficava entregue a mais perigos com melhores armas (...)²⁴

Nos *Relatos Sertanistas* escritos por Afonso E. de Taunay a atuação desse conquistador também é enfatizada como um dos baluartes do estabelecimento da ordem na região. Nesta fonte consta que o mesmo havia atuado como Guarda-Mor, trabalhando no processo de distribuição das lavras e no suprimento de alimentos durante os períodos de escassez. Ainda nos primeiros anos do descobrimento Salvador Fernandes Furtado teria sido um dos atores mais importantes no processo de exploração do ouro no Ribeirão do Carmo. Naquele lugar os trabalhos eram mais árduos, levando-se em conta as características naturais, como as águas caudalosas e frias. No lugar chamado Morro Grande, posteriormente denominado freguesia de São Caetano, o Coronel possuía uma de suas mais ricas lavras, construindo ali um sítio e uma capela em homenagem a Senhora do Loreto. A construção da primeira capela na região do Ribeirão Carmo também teria partido de sua iniciativa.

Verificando os termos de abertura do pelouro referentes ao período, constatamos que Salvador Fernandes Furtado foi vereador em 1712, Juiz Ordinário em 1715, exercendo novamente este cargo em 1723. A ocupação de ofícios na municipalidade eram fundamentais no processo de distinção social, visto que esses lugares só poderiam ser exercidos pelas principais pessoas da terra e ao mesmo tempo se constituíam em um espaço privilegiado de negociação com a Coroa.

A atuação na conquista do sertão abriu um leque de possibilidades para a nobreza da terra de outras regiões, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, isto porque: permitiu que esses indivíduos agissem em uma empreitada que aumentaria os domínios da Coroa, o

²⁴ CCM, pp.171.

que conseqüentemente teria como contrapartida uma série de privilégios; a descoberta do ouro – assim como as possibilidades de negociar diversos produtos, como mantimentos e armas – constitui em fator essencial no processo de acumulação de cabedal do grupo, visto que a economia das suas regiões de origem até então, eram preteridas em relação ao nordeste; no que tange ao processo de organização da hierarquia social, os conquistadores contavam com o “direito” de ocupar os principais cargos no governo da municipalidade e os postos mais altos das Ordenanças²⁵.

Dentro deste contexto, a posse de armas e a possibilidade de mobilizar homens para lutar, eram fatores fundamentais no processo de definição do poder de ação desses homens. No caso da trajetória em questão, o inventariado possuía 18 armas, sendo 14 delas de fogo e 4 brancas. O número de escravos descritos em seus bens correspondia a 45, onde 14 eram negros da terra. Observando alguns pontos específicos dos inventários do casal, constamos a presença de famílias escravas, o que, segundo Fragoso²⁶, poderia indicar a existência de um espaço de negociação entre senhor e escravos. Além disso, consta no testamento do patriarca da família a seguinte passagem: *Declaro/ que no fim das capoeiras da/ parte de baixo por onde/ [sobe] a estrada assiste Fran/cisco de Brito homem o qual/ está morando e plantando al/gum lavoura por meu concen/timento.*²⁷ Este fato pode representar as alianças de reciprocidade estabelecidas entre a elite local e os segmentos mais podres da população. Tal estratégia era fundamental para que os mesmos conseguissem manter o seu lugar de poder naquela sociedade, pois em muitos momentos esses indivíduos poderiam auxiliá-los na disputa por interesses compartilhados entre ambos os grupos.

Conclusão

Através dessa reflexão, percebe-se que as ferramentas da micro-história são fundamentais para o entendimento da importância que as armas representavam no processo de definição das hierarquias sociais. O quadro quantitativo nos informa o perfil de distribuição

²⁵ Essa questão é abordada por Fragoso em seu texto Afogando em nomes.

²⁶ FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séc XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF. Niterói, v.8, n.15, p.11-35.

²⁷ AHCSM.Cd:138/A:2800, 2º ofício.

desses instrumentos na região, entretanto, as especificidades e as estratégias usadas pelos sujeitos no sentido de constituir e usar o seu poderio bélico como forma de ascender ou manter a sua posição social, só podem ser vistas através de uma análise mais pontual, baseada numa análise qualitativa de fontes diversas.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto Imperial; Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. RJ: Contra Capa Livraria, 2000.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas*. Vol.1 Magia e técnica, arte e política. *Ensaio sobre política e história da cultura*. SP: Brasiliense, 1987, p.222-232.

BOTELHO, Angela. Arma de fogo. In: ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Angela. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. BH: Autêntica, 2003. P.27/28.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblema, sinais*. SP: Cia das Letras, 1989.

_____. *Relações de força*. SP: Cia das Letras, 2002.

_____.e PONI, C. O nome e o como. In: GINZBURG, C. PONI, C. e CASTELNUOVO, Enrico. *A micro- história e outros ensaios*. Lisboa: Diefel, 1991.

_____. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ªed. Porto Alegre/ São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi*. Revista de Historia, vol5, UFJF.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séc XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Niterói, v.8, n.15, p.11-35.

HARTOG, François. *O Século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. RJ: UFRJ Editora, 2004.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal: século XVIII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

_____. Depois do Leviathan. In: *Almanack brasiliense*. N,5. Maio 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9 ed. RJ: José Olympio, 1976.

LEVI, Giovanni, Sobre a micro – história. In: BURKE, Peter. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

LIMA, Henrique Espada. *A micro- história italiana: escalas, indícios e singularidades*. RJ: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. SP: Livraria Martins Editora, 1942.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. SP: Hucitec, 1979.

REIS, Liana Maria. Minas Armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. In: *Revista Vária História*, n.31, UFMG,2004.

REVEL, Jaques Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemnote do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa*. SP: Compainha das Letras, 2006.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. SP: Companhia das Letras, 1998.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo:EDUSP,2001.

XAVIER, Angela Barreto e Hespanha, Antonio Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620 – 1807)* (coordenação de Antonio Manuel Heganha). Editorial Estampa, 1998.

VAINFAS, R. . História das mentalidades e história cultural. In: Ronaldo Vainfas; Ciro Flamarion Cardoso. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, v. 1, p. 127-164.